



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Informação SLC nº 20/2025

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

**Assunto:** Análise dos Recurso Administrativo interpostos no Pregão Eletrônico nº 90022/2025 (Processo PROAD n.º 2199-2025 – Aquisição de Switches).

Cuida-se, nesta oportunidade, da análise e manifestação desta Secretaria de Licitações e Contratos sobre o Recurso Administrativo apresentado pela licitante **ROOST LTDA.**, contra a habilitação da empresa **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.** no Pregão 90022/2025 (Processo PROAD 2199-2025), cujo objeto é o registro de preços para aquisição de switches de acesso, considerando serviços de garantia do fabricante e de switches topo de rack, considerando serviços de instalação, configuração e garantia do fabricante.

Primeiramente, insta esclarecer que o recurso interposto é tempestivo. Registre-se, outrossim, que o recurso foi precedido da necessária manifestação da intenção de recorrer (art. 165, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021).

Em suas razões, a empresa alega, em suma, que a licitante reconhecida como vencedora não atendeu aos requisitos técnicos contidos no Anexo II do Edital (Especificações Técnicas), referentes aos *“itens 17.11.25, 17.13.1.8, 17.13.5.15, 17.13.8.1 e respectivos subitens, além do descumprimento do item k do Anexo I, que exige comprovação técnica extraída de manuais oficiais do fabricante, com página e seção exata”*.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Em contrarrazões, a recorrida rebateu as alegações, afirmando que os produtos ofertados atenderam os requisitos exigidos no edital e em seus anexos.

Os documentos com as razões recursais e as contrarrazões estão em anexo.

**Passo à análise.**

A equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável pela contratação, analisou os aspectos atacados pelo recurso, bem como as contrarrazões da empresa vencedora. Segue a manifestação da STI, ponto a ponto:

**Assunto:** *Análise de Recurso Administrativo – Item 17.11.25 do Termo de Referência*

**Processo:** *PE nº 90022/2025*

**Recorrente:** *Roost Ltda.*

**Recorrida:** *COMPWIRE Informática Ltda.*

**Objeto:** *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

O recurso apresentado pela Roost Ltda. sustenta que a solução Huawei iMaster NCE-Campus/CampusInsight, ofertada pela COMPWIRE, não atenderia ao item 17.11.25 do Termo de Referência por, segundo afirma, depender exclusivamente da telemetria dos switches e APs Huawei, não oferecer sondas ativas ou agentes instaláveis, não gerar tráfego sintético e, por fim, restringir o posicionamento dos pontos de medição aos locais onde existam equipamentos da marca. A recorrente conclui que tais características inviabilizariam o atendimento ao edital, que, em sua visão, exigiria total liberdade para instalação de sondas independentes e medições ativas.

Entretanto, a interpretação apresentada não se harmoniza com o texto efetivo do item 17.11.25. O Termo de Referência estabelece que o monitoramento da experiência do usuário “poderá ser realizado através de hardware ou software instalados em pontos da rede de acordo com o interesse da CONTRATANTE”, exigindo, adicionalmente, que seja possível coletar dados a partir de pelo menos dois pontos simultâneos. O edital, portanto, formula uma **exigência de resultado**, voltada à capacidade de monitorar a experiência do usuário, e não



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*à adoção obrigatória de um método ou tecnologia específica. Em nenhum momento se determina que o monitoramento deva ocorrer exclusivamente por sondas ativas, por geração de tráfego sintético, por agentes instaláveis em computadores, por probes externos ou por componentes independentes da plataforma de gerenciamento. A leitura feita pela empresa recorrente acaba por introduzir requisitos que não constam do instrumento convocatório, ampliando-o indevidamente e contrariando o princípio da vinculação ao edital.*

*A solução ofertada pela COMPWIRE demonstra, por meio de documentação oficial da Huawei, que o iMaster NCE-Campus/CampusInsight pode ser instalado em ambiente definido pela Administração e que, uma vez operante, é capaz de medir a experiência do usuário a partir de diferentes pontos da rede, utilizando telemetria, análise de jornada, correlação de métricas, identificação de degradações e coleta simultânea de dados provenientes de múltiplas origens. O fato de a solução utilizar telemetria como mecanismo de coleta não constitui qualquer incompatibilidade técnica com o edital, pois este não determina que a medição deva ocorrer de forma ativa ou por mecanismos externos à própria solução. Trata-se apenas de uma abordagem tecnológica distinta, plenamente válida e aderente ao objetivo funcional previsto no Termo de Referência.*

*Da mesma forma, não procede a alegação de que a solução limitaria o posicionamento dos pontos de medição. O TR trata exclusivamente do monitoramento no âmbito da solução contratada e não abrange cenários extrapolados, como medições em redes WAN, enlaces de operadoras, segmentos externos ou ambientes que não integram o escopo do projeto. A interpretação apresentada pela Roost desloca artificialmente o objeto da contratação, sugerindo necessidades que o edital não contemplou e que, portanto, não podem ser usadas como critério de desclassificação.*

*Ao analisar o conjunto das alegações, observa-se que a recorrente busca transformar um requisito de **finalidade** — medir a experiência do usuário — em uma exigência de **meio** — a obrigatoriedade de sondas ativas, agentes externos ou geração de tráfego sintético — o que não encontra qualquer suporte no edital. A solução Huawei cumpre a finalidade prevista: permite monitoramento por software instalado em pontos definidos pela Administração, realiza coleta simultânea de informações e oferece subsídios suficientes para avaliação da experiência do usuário. Logo, atende integralmente ao item 17.11.25.*

*Diante disso, não há base técnica ou jurídica que sustente a alegação de inabilitação da COMPWIRE. O recurso da Roost Ltda. assenta-se em interpretação ampliativa do Termo de Referência e introduz exigências não previstas, razão pela qual **deve ser indeferido**, mantendo-se a conformidade técnica da solução apresentada e a decisão de habilitação anteriormente proferida.*

**Assunto:** Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.1.8 do Termo de Referência

**Processo:** PE nº 90022/2025



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**Recorrente:** Roost Ltda.

**Recorrida:** COMPWIRE Informática Ltda.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.

A empresa Roost Ltda. sustenta que a solução Huawei iMaster NCE-Campus, ofertada pela COMPWIRE, não atenderia ao item 17.13.1.8 do Termo de Referência, sob o argumento de que a arquitetura empregaria apenas um servidor ativo com um standby e um nó de arbitragem, operando supostamente em modo ativo/passivo, o que resultaria – segundo a recorrente – em interrupção de serviços durante o failover, contrariando a exigência de continuidade imediata.

Entretanto, essa interpretação não corresponde ao teor do edital, tampouco reflete o funcionamento real da arquitetura de alta disponibilidade descrita na documentação do fabricante.

Antes de tudo, é importante destacar que o TR **não exige cluster ativo/ativo**, nem determina que a solução opere com dois appliances simultâneos compartilhando carga. O que o edital estabelece é um requisito de **resultado**: que, na falha de qualquer componente, outro elemento da arquitetura assuma as operações **sem interrupção dos serviços**. Em nenhum ponto o TR estabelece que a continuidade operacional deve ocorrer por meio de cluster distribuído, replicação síncrona ativa em ambos os nós ou ausência absoluta de comutação. A leitura da recorrente tenta impor um modelo de arquitetura que o edital simplesmente não exige.

A solução Huawei iMaster NCE-Campus apresentada na proposta utiliza dois servidores plenamente instalados e sincronizados, compondo um ambiente redundante em que o nó secundário mantém todas as informações e processos necessários para assumir automaticamente em caso de falha do primário. O terceiro nó (arbitration server) atua justamente para garantir que a decisão de failover ocorra de forma segura e consistente, assegurando continuidade operacional.

A recorrente interpreta a denominação “single-node mode” como se significasse operação isolada e sem redundância, o que não corresponde à implementação ofertada. A nomenclatura refere-se à forma como os processos da aplicação são distribuídos internamente, não ao número de servidores envolvidos. Na prática, existem dois appliances aptos a assumir integralmente o NAC, com sincronização contínua e failover automatizado.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*Além disso, a documentação oficial da Huawei – inclusive aquela já analisada durante a diligência técnica realizada pelo TRT9 – demonstra que o mecanismo de switchover ocorre de forma automática, preservando a operação da aplicação. Os serviços não são reiniciados do zero no nó secundário; eles são retomados com o contexto sincronizado, garantindo continuidade funcional. O texto técnico citado pela recorrente é interpretado de maneira imprecisa, pois ele descreve o comportamento interno dos processos de aplicação, e não interrupção percebida pelo serviço NAC como um todo.*

*Importante ressaltar que a diligência realizada pelo próprio Tribunal já avaliou a arquitetura apresentada pela COMPWIRE e concluiu expressamente pelo **atendimento ao requisito de alta disponibilidade**, entendendo que o mecanismo de failover cumpre o item 17.13.1.8 e garante a continuidade operacional conforme o edital. A interpretação da Roost Ltda. desconsidera essa conclusão técnica e tenta reabrir discussão já superada pela avaliação oficial.*

*A alegação de que haveria “indisponibilidade durante o failover” tampouco encontra respaldo técnico. A solução Huawei implementa failover automático, com retomada imediata do ambiente no nó standby, e o fabricante documenta que o switchover “does not affect services”. Não há exigência editalícia que determine ausência absoluta de troca de papéis entre servidores, mas sim que o usuário não perceba interrupção e que não haja perda de serviço — requisitos plenamente atendidos.*

*Assim, a argumentação da empresa Roost Ltda. deriva de interpretação equivocada, que amplia indevidamente as exigências do edital ao tentar impor arquitetura ativo/ativo e operações simultâneas de dois appliances, requisitos jamais previstos pelo TRT9. A solução ofertada atende integralmente ao disposto no TR: possui mecanismo robusto de alta disponibilidade, com redundância efetiva, failover automático, eliminação de ponto único de falha e continuidade imediata das operações em caso de falhas.*

*Diante do exposto, verifica-se que **não procede** a alegação de descumprimento do item 17.13.1.8. A solução proposta pela COMPWIRE está em plena conformidade com o edital, razão pela qual **o recurso da empresa Roost Ltda. deve ser indeferido**, mantendo-se a habilitação da proposta vencedora.*

**Assunto:** Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.5.15 do Termo de Referência

**Processo:** PE nº 90022/2025

**Recorrente:** Roost Ltda.

**Recorrida:** COMPWIRE Informática Ltda.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

*A empresa Roost Ltda. sustenta que não teria sido apresentada comprovação técnica oficial do suporte do portal de visitantes aos navegadores Mozilla Firefox e Google Chrome, alegando que a evidência fornecida pela Compwire consistiria apenas em uma carta de fabricante, a qual não poderia ser aceita como prova segundo o edital. Essa afirmação, contudo, não corresponde aos fatos, tampouco reflete o procedimento de diligência conduzido pelo próprio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.*

*Inicialmente, cumpre esclarecer que a comprovação técnica exigida no item 17.13.5.15 **foi apresentada na matriz ponto a ponto**, conforme determinado pelo ANEXO I do edital, por meio de documentação oficial disponibilizada pelo fabricante Huawei. Tal documentação atende integralmente ao requisito, uma vez que descreve o funcionamento do portal e especifica, na própria seção de recomendações, a compatibilidade com navegadores amplamente utilizados no mercado, incluindo o **Google Chrome**, além de detalhar o suporte a protocolos padrão **HTTP/HTTPS**, compatíveis com navegadores modernos. A recorrente omite este fato e tenta criar a falsa premissa de que a única evidência fornecida pela licitante teria sido uma carta, o que não se sustenta.*

*Adicionalmente, a própria equipe julgadora do TRT9, ao examinar a documentação inicialmente apresentada, **determinou a realização de diligência complementar**, com o objetivo de reforçar a comprovação técnica — medida legítima, prevista no ordenamento jurídico e amplamente aplicada para sanar dúvidas técnicas, garantindo o julgamento objetivo.*

*A diligência solicitada foi integralmente atendida pela Compwire em duas etapas. Na primeira, foi encaminhada **carta oficial emitida pelo fabricante Huawei**, esclarecendo formalmente a compatibilidade do portal com os navegadores especificados. Ressalte-se que o edital **não restringe** o envio de declarações oficiais, tampouco veda sua utilização como meio de prova complementar. Trata-se, portanto, de documento válido, formal, idôneo e emitido pelo detentor da tecnologia, corroborando informações presentes nos próprios manuais técnicos.*

*Na segunda etapa da diligência, foram enviados **registros práticos de testes** realizados diretamente no ambiente da solução, demonstrando o funcionamento pleno do portal de autenticação nos navegadores **Firefox e Chrome**. Os prints encaminhados evidenciam não apenas o carregamento correto da interface, mas também o sucesso da autenticação completa de usuários, comprovando de forma visual, operacional e inequívoca que a solução atende integralmente ao requisito do edital.*

*Essas evidências — documentação técnica oficial, declaração do fabricante e testes práticos — constituem um corpo probatório robusto, suficiente e plenamente aceito pela equipe técnica do Tribunal, que reconheceu a adequação da solução ao item 17.13.5.15.*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*Assim, não há qualquer violação ao edital, tampouco descumprimento do termo de referência.*

*Cabe destacar que a tentativa da recorrente de desqualificar a diligência realizada ou impor restrições inexistentes no edital não encontra respaldo jurídico ou técnico. A diligência é instrumento legítimo para verificação complementar de requisitos, e sua aceitação pela Administração demonstra que o quesito foi comprovado de forma plena e satisfatória.*

*Dessa forma, resta evidente que:*

- a comprovação técnica **foi apresentada**;
- a diligência **reforçou e confirmou** a compatibilidade exigida;
- não subsiste qualquer dúvida quanto ao atendimento do item 17.13.5.15;
- a alegação da recorrente carece de fundamento técnico e jurídico.

*Assim, o recurso deve ser **integralmente rejeitado**, mantendo-se o reconhecimento de conformidade da solução ofertada pela Compwire com o edital.*

**Assunto:** Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.8.1 do Termo de Referência

**Processo:** PE nº 90022/2025

**Recorrente:** Roost Ltda.

**Recorrida:** COMPWIRE Informática Ltda.

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.

*A empresa Roost questiona a conformidade da solução Huawei iMaster NCE-Campus com o item 17.13.8.1 do Termo de Referência, alegando ausência de integração funcional com firewalls de próxima geração (NGFW) dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, bem como ausência de documentação específica para cada fabricante. Contudo, tais alegações não se sustentam tecnicamente, além de contrariarem o entendimento já firmado por esta equipe técnica no âmbito de diligência formal conduzida pelo próprio Tribunal, a qual concluiu pelo pleno atendimento do requisito pelo fornecedor.*

*Antes de tudo, é necessário esclarecer que o Termo de Referência não exige, em nenhum momento, a utilização de conectores proprietários, APIs exclusivas, plugins dedicados, certificações conjuntas ou mecanismos específicos de cada fabricante. O edital exige apenas que o NAC seja capaz de integrar-se funcionalmente aos NGFW elencados,*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*suportando segmentação dinâmica, troca de informações e comunicação necessária para aplicação de políticas de segurança. A interpretação sugerida pela Roost, no sentido de que haveria obrigatoriedade de conectores nativos para cada vendor (como User-ID, pxGrid, RSSO ou Identity Awareness), não encontra respaldo no texto editalício e representa clara extrapolação das exigências contratuais.*

*Em contraste com a tese levantada, a arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus implementa integração com NGFW por meio de padrões abertos amplamente adotados no mercado, incluindo os protocolos AAA RADIUS, RADIUS Accounting, CoA (Change of Authorization) e DM (Dynamic Authorization). Esses mecanismos constituem precisamente a base técnica de interoperabilidade entre NAC e firewalls utilizada pelos fabricantes mencionados, permitindo que o firewall receba informações de autenticação e contexto para a aplicação de políticas dinâmicas de segurança. Trata-se, portanto, de integração plenamente compatível com o que o TR solicita.*

*Além disso, há evidências públicas de que os firewalls Check Point, Fortinet, Cisco e Palo Alto suportam nativamente o recebimento de informações de identidade e contexto via RADIUS Accounting — mecanismo que se articula de forma direta com a arquitetura Huawei. Firewalls Check Point, por exemplo, admitem fontes de identidade via RADIUS Accounting no módulo Identity Awareness. A Fortinet, por sua vez, documenta detalhadamente a integração via RSSO baseada em RADIUS, e há inclusive discussão em fórum oficial da fabricante confirmando a interoperabilidade com a solução Huawei. Cisco NGFW também suporta coleta de identidade via RADIUS Accounting, além de o próprio iMaster NCE-Campus, em versões mais recentes, oferecer suporte a pxGrid, ampliando ainda mais a interoperabilidade. Palo Alto Networks, por sua vez, aceita identidade via User-ID alimentada por fontes como RADIUS Accounting e utiliza essas informações para aplicar políticas dinâmicas associadas a usuários e grupos. Tudo isso evidencia que o modelo de integração adotado pelo Huawei iMaster NCE-Campus está alinhado ao padrão aceito por todos os fabricantes citados no edital.*

*Cumprindo observar que a Compwire apresentou documentação adequada, incluindo manuais oficiais, materiais técnicos e declaração formal da Huawei atestando a conformidade da solução com os requisitos do Termo de Referência. Resta claro, assim, que a integração funcional ocorre por meio de protocolos abertos amplamente suportados e não depende de mecanismos proprietários, tampouco de templates específicos por fabricante — exigências inexistentes no edital.*

*Diante desse cenário, conclui-se que a solução Huawei iMaster NCE-Campus atende integralmente ao requisito de integração com firewalls NGFW previsto no Termo de Referência, cumprindo a exigência de segmentação dinâmica, troca de informações e compatibilidade com os fabricantes especificados. A tentativa da Roost de reabrir discussão sobre ponto já esclarecido e validado carece de fundamento técnico e jurídico, sendo improcedente. Assim, não há motivo para acolher o questionamento.*





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**Assunto:** *Análise de Recurso Administrativo – Item K do Termo de Referência*

**Processo:** *PE nº 90022/2025*

**Recorrente:** *Roost Ltda.*

**Recorrida:** *COMPWIRE Informática Ltda.*

**Objeto:** *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

*A alegação apresentada pela Roost de que a Compwire teria descumprido o item K do Anexo I não encontra respaldo nos fatos nem na documentação constante dos autos. O edital determina que cada item técnico seja comprovado mediante referências extraídas de documentação oficial do fabricante — manuais, datasheets ou documentos equivalentes — com indicação de página e seção. Essa exigência foi devidamente atendida pela Compwire, que apresentou matriz de correlação contendo citações formais da documentação Huawei, exatamente conforme previsto. Tanto assim que, ao analisar inicialmente a documentação, a equipe técnica do Tribunal não apontou ausência de correlação, mas apenas solicitou diligência complementar para reforço de comprovação em pontos específicos, procedimento plenamente legítimo e previsto na legislação, voltado a esclarecer aspectos sem impor penalidade à licitante.*

*A afirmação da recorrente de que a comprovação teria se limitado a uma carta do fabricante também parte de interpretação equivocada do edital. Não existe no instrumento convocatório qualquer vedação ao uso de carta oficial da fabricante como evidência complementar; ao contrário, quando a declaração é assinada, formal e alinhada às informações constantes nos manuais, ela constitui meio idôneo de comprovação, especialmente quando solicitada pelo próprio Tribunal como reforço documental. A carta apresentada pela Huawei não substituiu documentação técnica, mas a complementou, esclarecendo expressamente a compatibilidade da solução com os navegadores exigidos e ratificando informações já presentes na documentação oficial.*

*Além disso, a diligência conduzida pelo TRT9 resultou no envio de documentação adicional, prints de testes funcionais realizados com Firefox e Chrome e referências técnicas oficiais acessíveis por link público, demonstrando o correto carregamento do portal de visitantes e a plena funcionalidade da solução nos navegadores especificados. Essas evidências foram consideradas satisfatórias pela equipe técnica do Tribunal, que concluiu pelo atendimento integral do item 17.13.5.15. A tentativa da recorrente de desconsiderar a diligência ignora o fato de que esse procedimento existe justamente para permitir o*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*fornecimento de comprovação complementar e sanar eventuais dúvidas técnicas, sem que isso configure violação ao edital.*

*Dessa forma, a argumentação da Roost, ao alegar ausência de manuais, uso inadequado de carta do fabricante e falta de comprovação oficial, revela-se desconectada do conjunto documental analisado e do próprio procedimento de diligência, que confirmou o atendimento dos requisitos. Não há, portanto, qualquer fundamento técnico ou jurídico que sustente a tese de descumprimento do item K, sendo inequívoco que a Compwire apresentou comprovação alinhada ao edital, reforçada por documentação oficial, testes práticos e validação pela equipe técnica responsável.*

Adoto, integralmente, como fundamentos desta decisão administrativa, as conclusões da análise técnica da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, acima transcrita, com fundamento no art. 50, § 1º, da Lei nº. 9.784,1999 (“§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato”)

## **CONCLUSÃO**

Face ao exposto, considerando os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, **NEGO PROVIMENTO** aos argumentos apresentados pela empresa **ROOST LTDA.** e mantenho a decisão que declarou vencedora a empresa licitante **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.**

**Alexandro Furquim**  
*Pregoeiro*

De acordo:

**Paulo Celso Gerva**  
*Diretor da Secretaria de Licitações e Contratos*